Considerações em Tôrno das Três Ultimas Reformas Administrativas do Ceará

Mozart Soriano Aderaldo

O govêrno brasileiro, aproveitando a fase discricionária que se seguiu ao golpe de 10 de Novembro de 1937, realizou trabalho notável no que concerne á toponímia das capitais, cidades e vilas brasileiras.

Supervisionada a tarefa por órgão técnico de grande renome e responsabilidade, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foram por isso evitados ao máximo os defeitos inerentes a obras humanas.

Assim, em vez de realizar o plano abruptamente, o I. B. G. E. preferiu, com prudência, dividir em etapas o ingente trabalho. E pena é que a reconstitucionalização do país, em 1946, haja interrompido e práticamente impossibilitado a conclusão dêsse plano. Teríamos chegado — quem sabe? — á redivisão administrativa do país em bases racionais, o que atenderia melhor ás exigências econômico-sociais do Brasil e evitaria a preponderância de Estados poderosos sôbre outros.

Baixado o decreto-lei federal nº 311, de 2 de Março de 1938, que dispôs sôbre a divisão territorial do país, ficou estabelecido (art. 16) que sómente por leis gerais quinquenais poderia ser modificado o quadro territorial — administrativo, judiciário e policial — de qualquer unidade da Federação, tanto na delimitação e categoria de seus elementos como na respectiva toponímia.

No Ceará foi assinado o decreto estadual nº 169, de 31 do mesmo mês e ano, (modificado em parte pelo de nº 262, de 2 de Junho seguinte, e retificado pelo de nº 378, de 20 de Outubro do mesmo ano), que deu execução ao decreto-lei federal nº 311, já referido, e constituiu uma comissão especial, que veio a se compôr dos drs. Tomaz Pompeu Sobrinho, presidente, Clodoaldo Pinto e Tomaz Gomes da Silva e foi secretariada por Aluísio Mozart Farias, encarregada de elaborar o ante-projeto de decreto-lei a ser baixado pelo govêrno estadual.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, em sua

Resolução nº 108, de 19 de Julho daquele ano, sugeriu normas para a fixação da nova divisão territorial e da toponímia a ser adotada. Destarte, o decreto estadual nº 346, de 1º de Setembro seguinte (alterado, no que respeita ao prazo para a organização do novo quadro, pelo decreto estadual nº 391, de 11 de Novembro do mesmo ano, elaborado em face de novas instruções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), adotou as referidas normas.

A comissão especial "forneceu amplos elementos de informação ao Govêrno para resolver o assunto, apresentando notável e exaustivo trabalho, quer sôbre a divisão territorial em si, quer sôbre a toponímia das diferentes circunscrições", conforme consta de um dos *consideranda* do decreto-lei estadual nº 448, de 20 de Dezembro de 1938, que fixou os limites intermunicipais e inter-distritais e alterou a toponímia de várias localidades do Estado, a vigorarem, sem alteração, de 1º de Janeiro de 1939 a 31 de Dezembro de 1943.

Êsse decreto-lei extinguiu 21 distritos (Tabela C) e criou 32 (Tabela D), transferiu de um município para outro 4 distritos (Tabela F), transferiu as sedes de 4 distritos (Tabela I) e mudou os topônimos de nada menos de 115 vilas ou cidades (Tabela H).

O critério que presidiu a essa última alteração foi o de, *dentro do território cearense,* não deverem coexistir dois topônimos iguais, bem como o de simplificar os nomes das localidades, ainda que não existissem outros semelhantes, e atender a outras conveniências. Assim, sete cidades (sedes de município), tiveram seus nomes alterados: Santana (do Cariri) passou a Santanópole, a fim de não permanecer semelhante a Santana (do Acaraú), que conservou o antigo topônimo sem o aditivo; Brejo dos Santos passou a Brejo Santo, Jaguaribe-mirim a Jaguaribe e São Pedro do Cariri a São Pedro, por necessidade de simplificação; Riacho do Sangue passou a Frade e Arraial a Uruburetama, por conveniências outras. As 108 alterações de nomes de vilas (sedes de distrito) seguiram idêntico critério. Boa Água, em Quixadá, passou a Água Boa; São José dos Alcantaras, em Massapê, passou a simplesmente Alcántaras; José de Alencar, em Iguatú, passou simplesmente a Alencar; Timbaúba, em Acarau, passou a Aranaú; Santo Antônio, no então município de Palma, passou a Araquém; Taquara, em Cariré, passou a Arariús; Paiano, em Lavras, passou a Arrojado; Barra do Sitiá, em Quixadá, passou a simplesmente Barra; Barreira Vermelha, em Redenção, passou a simplesmente Barreira; Santa Cruz, em Acaraú, passou a Bela Cruz; Belém do Machado, que pertencia a Canindé e se transferiu para Quixeramobim, passou a simplesmente Belém; Ôlho Dagua da Bica, em Limoeiro, passou a simplesmente Bica; Jatobá, em Russas, passou a Bixopá; Bebedouro, em Icó, passou a Bonfim; Santo Antônio, em Russas, passou a Bonhú; São Pedro da Cachoeirinha, em Tauá, passou a simplesmente Cachoeirinha; Poço do

Mato, no então município de São Mateus, passou a Caipú; Capistrano de Abreu, em Baturité, passou a simplesmente Capistrano; Santo Antônio da Carrapateira, em Tauá, passou a simplesmente Carrapateiras; São José do Castro, em Quixeramobim, passou a simplesmente Castro; Santa Catarina, em Saboeiro, passou a simplesmente Catarina; Madalena, em Santa Quitéria, passou a Catunda; Graça, em Crateús, passou a Chaves; Mocós, no então município de Guaraní, passou a Chorozinho; São Francisco, em Granja, passou a Coreaú; Santa Quitéria, em Independência, passou a Coutinho; Esperança, em Itapipoca, passou a Cruxatí; Santa Cruz, no então município de São Francisco, passou a simplesmente Cruz; São Luiz do Curú, em Uruburetama, passou a simplesmente Curú; Campo da Cruz, em São Benedito, passou a Curunhú; Ipueiras, em Crato, passou a Dom Quintino; Várzea do Espinho, no então município de Campo Grande, passou a simplesmente Espinho; Santo Estevam, em Quixadá, passou a simplesmente Estevam; Eusébio de Queiroz, em Aquiraz, passou a simplesmente Eusébio; Cajazeiras, em Barbalha, passou a Farias; Ôlho Dagua, em Baixio, passou a Felizardo; Flores, no então município de Cachoeira, passou a Flores Novas; Floriano Peixoto, em Quixadá, passou a simplesmente Floriano; Várzea Formosa, em Ipueiras, passou a simplesmente Formosa; Vacaria, em Várzea Alegre, passou a Fortuna; Gado dos Ferros, em Maranguape, passou a simplesmente Gado; Junco, no então município de São Pedro, passou a Grangeiro; Timbaúba, em Tamboril, passou a Holanda; Ôlho Dagua, no então município de Guaraní, passou a Horizonte; Pernambuquinho, em Itapipoca, passou a Icaraí; Fazenda da Serra, em Icó, passou a Icozinho; São José da Imperatriz, em Itapipoca, passou a simplesmente Imperatriz; Santo Antônio, que pertencia ao então município de São Mateus e se transferiu para o de Quixará, passou a Ingá; Frade, em Ipú, passou a Irajá; Passagem das Pedras, no então município de União, passou a Itaiçaba; Lagoa das Pedras, no então município de Guaraní, passou a Itaipaba; Poço da Pedra, em Campos Sales, passou a Itaipú; São João, em Quixeramobim, passou a Lacerda; Cruz, em Maranguape, passou a Lagêdo; Lagoa Comprida, em Itapipoca, passou a simplesmente Lagoa; Santana, em Ipueiras, passou a Macambira; São José, no então município de Lavras, hoje Lavras da Mangabeira, passou a Mangabeira; São Manuel do Marco, no então município de Santana (do Acaraú), passou a simplesmente Marco; Junco, em Juazeiro, passou a Marrocos; Cruz do Matias, em Pentecoste, passou a simplesmente Matias; Acaraú-mirim, em Massapê, passou a simplesmente Mirim; Pão de Açúcar, no então município de São Francisco, passou a Missí; São Gonçalo, em Ipueiras, passou a Mororó; Mutambinha, no então município de Santana (do Acaraú), passou a Mutambeiras; Belém, em Uruburetama, passou a Natividade; Vera Cruz, em Tauá, passou a Nova Cruz; Palmeirinha, em Juazeiro, passou a Padre Cícero; Pé do Morro, em Viçosa,

passou a Padre Vieira; Lagoinha, em Tamboril, passou a Pageú; Cruz do Palhano, em Russas, passou a simplesmente Palhano; Palmeiras, em Tianguá, passou a Palmeirinha; Tucumduba, no então município de Santana (do Acaraú), passou a Panacuí; São José, em Sobral, passou a Patriarca; Cajazeiras, em Pacatuba, passou a Pedreiras; Santa Cruz, no Icó, passou a Pedrinhas; São Pedro, em Milagres, passou a Pedro Segundo; São Miguel, em Granja, passou a Pessoa Anta; Girau, em Senador Pompeu, passou a Piquet Carneiro; Canafístula, em Quixeramobim, passou a Pirabibú; São João do Pirangí, em Mirada Nova, passou a simplesmente Pirangí; Nova Olinda, em Tianguá, passou a Pitanga; Rosário, em Milagres, passou a Podimirim; Conceição do Carirí, em Brejo Santo, passou a Porteiras; Riacho dos Porcos, em Missão Velha, passou a Quimamí; São José, no então município de Afonso Pena, passou a Quincoê; São José do Quincuncá, em Quixará, passou a simplesmente Quincuncá; São Francisco, em Lavras, passou a Rosário; Santana, em Canindé, passou a Saldanha; Conceição, em Crato, passou a Santa Fé; Santo Antônio do Aracati-assú, em Sobral, passou a simplesmente Santo Antônio; Todos os Santos, no então município de São Pedro, passou a Santos; São Bento da Amontada, em Itapipoca, passou a simplesmente São Bento; Acarape do Meio, em Redenção, passou a São Gerardo; São João do Jaguaribe, em Limoeiro, passou a simplesmente São João; Serra Azul, em Quixadá, passou a São Luiz; Pitombeiras, em Massapê, passou a Senador Sá; Lagoa Sêca, em Aquiraz, passou a Serpa; Taboleiro de Areia, em Limoeiro, passou a simplesmente Taboleiro; Ipueira dos Targinos, em Canindé, passou a simplesmente Targinos; Passagem do Tigre, no então município de São Gonçalo, passou a simplesmente Tigre; Itaúna, em Granja, passou a Timonha; Bom Sucesso, no então município de Afonso Pena, passou a Trussú; Trapiá, no então município de Palma, passou a Ubaúna; Riachão, em Tianguá, passou a Uberaba; Umarí, que pertencia ao então município de Soure e se transferiu para o de São Gonçalo, assim chamado, passou a Umarituba; Francisco Sá, em Quixeramobim, passou a Uruquê; Várzea da Conceição, em Cedro, passou a simplesmente Várzea; e Santa Cruz, em Maurití, passou a Vera Cruz.

Os distritos extintos, razão por que suas sedes passaram de vilas a simples arraiais, foram os 21 seguintes: Alto da Balança, em Fortaleza; Baixa Larga, em Ipú; Bananeiras, no então município de São Pedro; Belém do Quinim, em Quixeramobim; Bom Jardim, em Nova Russas; Boqueirão, no então município de Cachoeira; Candeia, em Baturité; Cidade, em Juazeiro; Extremas, em Acaraú; Irapuá, em Crateús; Jacu, em Cedro; Lameirão, em Pacotí; Monte Pio, em Quixará; Mosquitos, no então município de Maria Pereira; Pindoba, em Pacotí; Rajada, em Itapipoca; Recreio, em Sobral; Rodolfo Teófilo, em Fortaleza; Telha, em Aquiraz; Torrões, em Frade; e Vidéu, em Santa Quitéria.

Por outro lado, 32 distritos foram criados pelo citado decreto-lei: Arariús, em Cariré; Areia Branca, em Morada Nova; Baixa Branca, em Russas; Bica, em Limoeiro; Boa Saúde, no então município de Santanópole; Bom Jardim, em Pereiro; Caiçara, em Aracatí; Cana Brava, em Nova Russas; Charito, em Ipueiras; Gameleira, em Ibiapina; Gázea, em Ipueiras; Jurema, em Aracoiaba; Marrocos, em Juazeiro; Mata Fresca, em Aracatí; Monguba, em Pacatuba; Nova Cruz, em Tauá; Oiticica, em Crateús; Padre Cícero, em Juazeiro; Padre Vieira, em Viçosa; Palmeirinha, em Tianguá; Paripueira, em Cascavel; Pedrinhas, em Icó; Pocinhos, em Maranguape; Poti, em Crateús; Quincuncá, em Quixará; Salitre, em Campos Sales; Santa Fé, em Crato; Santo Izidro, em Ipú; Santos, no então município de São Pedro; Socorro, em Boa Viagem; Tanques, em Maranguape; e Tibau, em Aracatí.

Os distritos transferidos de um para outro município foram os 4 seguintes: Belém, que pertencia a Canindé, passou a pertencer a Quixeramobim; Ingá, que pertencia ao então município de São Mateus, passou para o de Quixará; São Domingos, que de Saboeiro passou a Campos Sales; e Umarituba, do então município de Soure, passou ao de São Gonçalo, como era então denominado.

Quatro distritos, também, tiveram suas sedes transferidas: Chorozinho, no então município de Guaraní, substituiu Currais Velhos; Cruxatí, em Itapipoca, substituiu Barrenta; Icozinho, em Icó, substituiu Santa Maria; e Jaibaras, em Sobral, substituiu São Vicente.

São curiosidades dignas de especial referência, nessa reforma: querendo dar-se ao então município de Riacho do Sangue designação mais pacífica, foi escolhido o topônimo Frade, que já pertencia a uma vila do Ipú, motivo por que esta passou a denominar-se Irajá; o arraial chamado Palmeirinha, no município de Juazeiro, foi elevado á categoria de vila (séde de distrito) com o nome de Padre Cícero, em homenagem ao patriarca da região, enquanto o arraial denominado Palmeiras, no município de Tianguá, também elevado a vila, aproveitou a designação Palmeirinha, já que não poderia conservar o antigo nome.

Cinco anos depois dessa reforma, no decorrer de 1943, quase a extinguir-se o quinquênio iniciado a 1° de Janeiro de 1939, nomeou o govêrno estadual nova comissão especial, com a incumbência de realizar trabalho idêntico áquele executado pela primeira. Compunham-na os drs. Pompeu Sobrinho, presidente, Tomaz Gomes da Silva e Paulo Torcápio Ferreira. Os serviços de secretaria estiveram a meu cargo, razão por que penso poder divulgar aspectos dessa segunda reforma que, até hoje, têm permanecido inéditos.

A 20 de Maio de 1943 expediu a Comissão de revisão territorial a sua primeira circular aos prefeitos municipais, na qual foram formuladas as seguintes indagações: 1 — As linhas divisórias intermunicipais dêsse

município, atualmente em vigor, satisfazem bem as suas necessidades? 2 — Em caso negativo, dizer: a) Quais os trechos que precisam de retificações? b) Quais os motivos por que cada um requer retificações? c) Que sugestões podeis oferecer, capazes de remover os inconvenientes apontados? 3 — Há, nesse município, distritos que, por sua insuficiência demográfica ou por outros motivos, não devam ser conservados? 4 — Em caso positivo: a) Nomear cada um. b) Expôr as razões respectivas. 5 — Há, nesse município, localidades que, por sua relativa importancia, possam ser elevadas á categoria de sédes de distritos? 6 — Em caso positivo, dizer: a) Quais são. b) Quais as razões respectivas, detalhadamente. c) Que linhas divisórias convêm ao caso, discriminadamente. 7 — As linhas divisórias interdistritais, nesse município, devem ser retificadas? 8 — Em caso positivo, dizer: a) Quais são, individualmente. b) As razões, respectivamente. c) As sugestões que poderiam ser adotadas para remediar os inconvenientes apontados, discriminadamente.

De acôrdo com as normas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dar-se-ia, desta vez, passo mais avantajado no que tange á toponímia. Seriam evitadas as repetições, não mais dentro das fronteiras dos Estados, mas *em todo o território nacional.* A providência era recomendável, por duas ordens de motivos. Práticamente, facilitava os serviços públicos, especialmente telegráficos e postais, evitando confusões. Acresce que a providência envolvia "certa dose de sadia brasilidade", como acentuou Pompeu Sobrinho em palestra lida no Rotary Club de Fortaleza ("A Nova Toponímia Cearense", edição do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, Fortaleza, 1944, pag. 66). Ela concorreria "para aumentar o espírito de coesão nacional, lembrando aos brasileiros mais bairristas de cada província que o seu Estado não está só na comunhão brasileira, que outros existem com os mesmos direitos políticos, igualmente dignos de todos os respeitos" (idem).

Para realizar, sem privilégios, a alteração a que se propunha, o I.B.G.E. estabeleceu o seguinte critério: 1 — Entre localidades com o mesmo topônimo e de categorias diferentes (capital, cidade ou vila), prevaleceria a denominação da localidade de categoria superior. 2 — No caso de localidades da mesma categoria com idêntico topônimo, haveria de prevalecer a que possuisse o nome há mais tempo.

Na escolha dos novos topônimos as normas a observar seriam as seguintes: 1 — De preferência, o nome a adotar seria indígena, escolhido especialmente entre as línguas das nações que habitaram a região. 2 — O novo topônimo deveria ter significação adequada, referente a qualquer circunstancia local. 3 — Os novos topônimos não deveriam ser longos demais, mas preferentemente dissílabos. 4 — Seriam evitadas as expressões cacofônicas.

Conforme comunicação do I.B.G.E., 22 cidades cearenses possuiam

topônimos iguais aos de outras localidades brasileiras. Eram as seguintes: Afonso Pena, com outra de mesma denominação na Bahia; Cachoeira, com outras na Bahia, no Pará, em São Paulo e no Rio Grande do Sul; Campo Grande, com outra em Mato Grosso; Cedro, com outra em Sergipe; Guaraní, com outra em Minas Gerais; Juazeiro, com outras na Bahia e na Paraíba; Lavras, com outras em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul; Limoeiro, com outras em Alagoas e Pernambuco; Palma, com outras em Goiaz e em Minas Gerais; Pedra Branca, com outra em Minas Gerais; Redenção, com outra em São Paulo; Santana, com outras na Bahia e em Goiaz; Santa Cruz, com outras no Espírito Santo, no Rio Grande do Norte e no Rio Grande do Sul; Santa Quitéria, com outras no Maranhão e em Minas Gerais; São Benedito, com outra no Piauí; São Francisco, com outras na Bahia, no Maranhão, em Minas Gerais, em Sergipe e em Santa Catarina; São Mateus, com outras no Espírito Santo e no Paraná; São Gonçalo, com outras na Bahia, em Pernambuco, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Norte; São Pedro, com outras no Maranhão, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no Piauí; Soure, com outras na Bahia e no Pará; União, com outras em Alagoas e no Piauí; e Viçosa, com outras em Alagoas, em Minas Gerais e no Rio Grande do Norte.

Dessas 22 designações, o Ceará conservou 6 (Cedro, Juazeiro, Pedra Branca, Redenção, Santa Quitéria e São Benedito) e teve de arranjar substitutas para 16 (Afonso Pena passou a Acopiara, Cachoeira a Solonópole, Campo Grande a Guaraciaba, Guaraní a Pacajús, Lavras a Lavras da Mangabeira, Limoeiro a Limoeiro do Norte, Palma a Coreaú, Santana a Licania, Santa Cruz a Reriutaba, São Francisco a Itapagé, São Mateus a Jucás, São Gonçalo a Anacetaba, São Pedro a Caririassú, Soure a Caucaia, União a Jaguaruana e Viçosa a Viçosa do Ceará). A essas 16 alterações de topônimos de cidades, acrescente-se a mudança do nome Maria Pereira para Mombaça, que não era obrigatória, tendo a comissão atendido a um apêlo de pessoas influentes do município. Os 17 novos nomes (e não 14, como disse Pompeu Sobrinho, no aludido trabalho) foram assim escolhidos, depois de pedidas sugestões ás autoridades municipais:

Acopiara foi sugestão do então prefeito municipal, tendo a comissão aceito a indicação em vista do novo topônimo significar *lavrador,* designação que bem se ajusta ás ubérrimas terras do município.

Solonópole foi escolhido em homenagem a Solon Pinheiro, político nascido no município. Esta designação foi preferida á de Berilandia, sugerida em vista de existir no município grande quantidade de jazidas de berilo, bem como á de Ituaba, que significa *lugar de cachoeira.*

Guaraciaba, topônimo "inexpressivo" na opinião de Pompeu Sobrinho (idem), pois significa *raio do sol,* que nada alude á terra, prevaleceu em vista de não ter sido possível convencer as pessoas influentes do

município de que Inhuçú (como queria a comissão) seria preferível por batisar rio que banha a região. Por diplomacia, sugeitou-se a comissão, pois não lhe fôra comunicado pelo I.B.G.E. que em outra unidade da federação brasileira já existia localidade com aquele nome. Assim, o decreto-lei nº 1114, de 30 de Dezembro de 1943, consignou Guaraciaba, embora tenha sido tal topônimo alterado mais uma vez para Inhuçú, em vista do Parecer de 14 de Junho de 1946 do Conselho Nacional de Geografia, modificação essa que constou do Diário Oficial do Estado de 25 de Julho daquele ano. A lei nº 1.153, de 22 de Novembro de 1951, publicada no Diário Oficial do Estado de 1º de Março de 1952, mostrou que as autoridades do município repudiavam Inhuçú, fazendo com que passasse a cidade a chamar-se Guaraciaba do Norte.

Pacajús foi logo aceito por todos, em homenágem aos índios (Paiacús) que habitaram a região e se aldearam na vila de Monte-Mor, antigo nome da localidade. Pacajús é corruptela de Paiacús.

Lavras da Mangabeira foi um arranjo. Lavras, segundo a comissão, denominar-se-ia Itapuca, que quer dizer *pedra quebrada,* em referência a um acidente geográfico existente no município. As autoridades municipais refugaram a sugestão da comissão, resolvendo-se adotar o antigo nome Lavras da Mangabeira, inconveniente por ser comprido demais.

Limoeiro do Norte foi outro topônimo resultante de não terem as autoridades municipais aceito a designação da comissão — Parapuã, que significa *ilha de rio,* alusão á posição geográfica em que se acha a cidade. A designação vigorante é longa e, porisso, inconveniente.

Coreaú deve-se ao rio do mesmo nome, a cuja margem fica situada a cidade. Não foram aceitos os topônimos Ubatinga (*cana* ou *canôa branca*) e Penanduba (*lugar onde há abundancia de borboletas,* nome que já designa uma serra próxima).

Licania, designação científica do gênero da oiticica, árvore nativa e abundante na região, nome proposto por autoridades locais, foi preferido aos de Alcíone, que batisa ave marinha, nada condizente com o município não litoraneo, e Acarautaba, significando *aldeia do Acaraú.* Como vimos, no quinquênio anterior a designação do município fôra alterada de Santana do Acaraú para simplesmente Santana, mudando-se o seu homônimo do Cariri para Santanópole. A lei nº 1.153, de 22 de Novembro de 1951, fez voltar o nome antigo de Santana do Acaraú, longo e inconveniente, o mesmo acontecendo quanto a Santana do Cariri.

Reriutaba, em alusão aos índios Reriús, que moravam na região, venceu as sugestões que fizeram de que a cidade se denominasse Juré (nome do principal curso dagua do município) ou Santópolis, tradução infeliz e incorreta de cidade de Santa Cruz. Vê-se que a resolução da comissão não foi bem aceita, pelo fato da lei nº 1.153, de 22 de Novembro

de 1951, ter feito voltar o nome do município para Santa Cruz, acrescentando-lhe a explicação *do Norte*.

Itapagé foi o topônimo escolhido para substituir o de São Francisco. A designação alude ao *frade de pedra* que se ergue no município. Foram regeitadas as sugestões que indicavam Caxitoré (nome do maior curso dagua existente no município e designação de um tipo de ferro de gado) e Quintinópolis (em homenagem a Quintino Cunha, filho da terra).

Jucás substituiu São Mateus, antiga aldeia onde foram missionados os índios daquele nome. A designação de São Mateus não tinha cabimento, pois o padroeiro da paróquia é N.S. do Carmo. Por isso, foi sugerido que o novo nome fosse Carmogrado e Carmelandia, bem como Mateusópolis, por idêntico motivo.

Anacetaba, em lembrança dos índios Anassés, perpetua a existência dessa tribo que viveu na região. A comissão preferiu esta designação á de Arapixí, então sugerida, sem significação. Que o povo do lugar ou as autoridades municipais não aceitaram o ponto de vista da comissão, se conclui da recente lei nº 1.153, de 22 de Novembro de 1951, a qual fez o município voltar a chamar-se São Gonçalo, com o aditivo *do Amarante*, nome inconveniente por ser longo demais.

Caririassú foi escolhido por estar a antiga cidade de São Pedro localizada numa vertente do vale do Carirí, na serra de São Pedro e em frente á do Araripe. Regeitadas as sugestões que indicavam Cariris (por ter sido dado ao município, antigamente, o nome de São Pedro do Carirí) e Itaimbé (traduzindo-se esta expressão por *pedra aguda* em alusão a acidente geográfico regional).

Caucaia foi o antigo nome do aldeiamento dos índios que lhe deu orígem. Soure, nome português, substituira o de Caucaia (*mato queimado*), agora restaurado.

Jaguaruana, em substituição a União, alude a uma tribo indígena, Foram regeitadas as sugestões para adotar-se um dos topônimos seguintes: Unionópolis, por motivos óbvios, Jaguaribara, índios que habitavam a região de Fortaleza, e Itapetama, talvez atinente ao antigo nome de serra do Apodí — *Tapetama*, depois *Itapetama*, — que significa *região dos lagedos*. O topônimo seria inadequado, pois em Jaguaruana, situada nas várzeas do rio Jaguaribe, não há lagedos.

Viçosa do Ceará preferiu o aditivo e conservar a designação, a adotar o topônimo que a comissão sugeriu — Ibiapaba, nome da primitiva aldeia, "a mais importante que existiu no Brasil", como afirmou Pompeu Sobrinho (idem, pag. 17).

Mombaça assim passou a denominar-se em vista de pessoas influentes do lugar acharem incoveniente a designação de Maria Pereira, topônimo que lembrava a primeira sesmeira da região, região essa conhecida pelo novo nome adotado.

A comissão, em face de não convir a alteração do topônimo Juazeiro, com que é batizada a Meca Cearense, pleiteou essa permanência. Como não viesse resposta tempestiva, interpetrou-se êsse silêncio como aquiescência — quem cala consente... O Conselho Nacional de Geografia, entretanto, ao mesmo tempo em que impugnou Guaraciaba, fazendo adotar o topônimo Inhuçú, fato já aludido, mandou que se acrescentasse no topônimo Juazeiro o aditivo *do Norte,* para diferenciá-lo do da Bahia, mediante Parecer datado de 14 de Junho de 1946. O Diário Oficial do Estado consignou a alteração em seu número de 25 de Julho do mesmo ano.

Conforme, ainda, comunicação do I.B.G.E., inúmeras vilas cearenses tinham nomes idênticos aos de outras localidades de diversos Estados do país. Restava apurar quais os que deviam prevalecer, por mais antigos.

Dos apontamentos que guardei, conclui-se que prevaleceram as seguintes: Brejinho, no município de Araripe, com homônimas nos Estados da Bahia e de Goiaz; Oiticica, em Crateús, com homônima na Paraíba; Horizonte, em Pacajús (Guaraní), com homônima no Rio Grande do Sul; Mocambo, em Ibiapina, com homônimas em Alagoas e na Bahia; Assunção, em Itapipoca, com homônima na Bahia; Umburanas, em Maurití, com homônimas na Bahia e em Minas Gerais; Barro, em Milagres, com homônimas em Pernambuco e no Rio Grande do Sul; Mulungú, em Pacotí, com homônima na Paraíba; Iracema, em Pereiro, com homônimas em Goiaz, na Bahia e em Santa Catarina; Brejo Grande, em Santanópole, com homônima na Bahia; Nova Olinda, em Santanópole, com homônima na Bahia; Carnaubal, em São Benedito, com homônima na Paraíba; Jordão, em Sobral, com homônima na Bahia; Marrecas, em Tauá, com homônima na Bahia; e Riacho Verde, em Várzea Alegre, com homônima em Pernambuco.

Em compensação, não foi possível conservar os topónimos de 117 vilas (e não 114, como afirmou Pompeu Sobrinho no aludido trabalho).

Paraipaba, em memória de antiga aldeia de índios anassés, foi o nome escolhido pela Comissão para substituir o de Tigre, dantes Passagem do Tigre, no município de Anacetaba (São Gonçalo). Foram regeitadas as sugestões que indicavam Curuassú, *seixo grande,* em alusão talvez ás pedrinhas do rio Curú, que passa perto, e Almécegas, nome árabe de árvore resinosa, bem como de lagôa próxima.

Jacaúna, em homenagem ao célebre chefe potiguar, foi o topônimo preferido para substituir Iguape, no município de Aquiraz. Foram, além dêsse, apresentados outros, como Lafaiete, sem explicação plausível e por isso não aceito, e Ribamar, certamente por causa da lenda que afirma ter aparecido misteriosamente em Aquiraz a imagem de São José de Ribamar, também regeitado.

Ibicuitaba, que significa *aldeia do areal,* substituiu Areias, em Aracatí.

Foi, assim, despresada a sugestão que indicava Itapura (?), topônimo sem explicação.

Icapuí, talvez corruptela de igarapuí (*cânôa ligeira* ou *veloz*), foi o nome sugerido e aceito para substituir o de Caiçara, no município de Aracatí.

Cuipiranga, topônimo referente á *areia vermelha* abundante no lugar, substituiu Tibau, no município de Aracatí. A respeito desta vila, vale a pena explicar a razão por que a Comissão resolveu instituí-la, em 1939, e mantê-la, em 1944, apesar de insignificante. Os limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte nunca foram reconhecidos. A despeito de serem incontestes os direitos do Ceará (e documentos recentemente divulgados mais o reforçam), os riograndenses do norte, em marcha sem solução de continuidade, vêm invadindo o território cearense. De nada valeu o injusto Acórdão do Supremo Tribunal Federal, de 1921, entregando ao Rio Grande do Norte não pequena faixa do território cearense. Por êsse Acórdão, o divisor de águas que parte do morro Tibau serviria de limite entre os dois Estados. A pequena vila do sopé do morro, que dêste tomou o nome, ficou destarte dividida em duas porções, uma cearense, a oeste, e outra riograndense do norte, a leste. Mas a invasão continuou e, em 1938, os interventores federais em ambos os Estados (Dr. Francisco de Menezes Pimentel, no Ceará, e Dr. Rafael Fernandes Gurjão, no Rio Grande do Norte) designaram comissões para resolver amigavelmente a questão. Os Drs. Eusebio de Sousa e Ribamar Teixeira Lobo representaram o Ceará, enquanto os interesses do Rio Grande do Norte foram defendidos por dois riograndenses (Pe. Luiz Ferreira da Cunha e Dr. Raul Caldas) e um sobralense (Dr. Luiz Saboia de Albuquerque), os quais firmaram convênio, a 31 de Dezembro daquele ano, fixando "a definitiva delimitação das respectivas fronteiras, na parte compreendida entre o morro Tibau e a serra D'Antas de Dentro", na ingênua linguagem do Decreto nº 488, de 24 de Janeiro de 1939, publicado no Diário Oficial do Estado de 25 do mesmo mês, com que o govêrno do Ceará aprovou e ratificou o citado convênio. Aquele documento, aceitando os dois pontos extremos da curva formada pelo divisor de águas fixada no Acórdão do Supremo, a qual tendia para leste, convencionou uma reta, ainda mais prejudicial ao Ceará, seccionando várias propriedades cearenses, que ficaram assim pertencendo a dois Estados. Que os riograndenses queriam apenas avançar mais, além do que lhes concedeu o Acórdão, comprovam-no as recentes investidas (1951), e não seria de admirar que estas viessem a provocar mais um *definitivo* acôrdo com o Ceará, sempre prejudicado nesses apaziguamentos. Quando, em 1939, foram eliminados os topônimos repetidos dentro de um mesmo Estado, não houve dificuldade em conservar os dois Tibaus, visinhos, para não dizer siameses. Em 1944, porém, mistér seria eliminar um dos topônimos, já que não poderiam coexistir dois iguais no Brasil. Co-

nhecendo as intensões dos riograndenses, a Comissão, a fim de fixar o domínio e a posse do Ceará no que tange ás diminutas habitações da metade ocidental do morro do Tibau, resolveu mudar-lhe o nome para Cuipiranga, já que a banda oriental haveria de conservar o topônimo, por ser considerada, nas anotações do I.B.G.E., mais antiga que a nossa. É que, á sagacidade dos riograndenses, não ficou imune o próprio I.B.G.E. Como não seria aquele o momento de discutir, de provar que a metade de uma povoação não teria sido elevada a vila antes da outra banda, tratou a Comissão de preserverar ao menos a soberania cearense, com outro topônimo embora, que designasse a nossa porção.

Ocara, que significa *páteo da aldeia* em lingua indígena, substituiu Jurema, no município de Aracoiaba. Foram regeitados os topônimos Juruena (nome de um rio amazonense), Caramurú, Anhaguera e Uacaranhá (corruptela, talvez, de tacaranhá ou tacaraá, que em língua indígena significa *pelado, calvo*).

Curupira (ser mitológico dos tupís) foi o topônimo escolhido para substituir São Sebastião, no município de Aracoiaba. Deixaram de ser aceitos os topônimos Sebastianópolis, em homenagem ao padroeiro do lugar, Tupinambá, Igara (*canôa*) e Ararigboia.

Potengí, (*água* ou *ribeiro dos camarões* em língua indígena), substituiu Xiquexique, no município de Araripe. Foram inaceitas as sugestões que indicavam Monteirópolis, em homenagem a Manuel Monteiro, "fundador" da localidade, onde construiu a capela e nela se acha sepultado, e Irapurú (ave do Amazonas).

Aratama, que significa *terra das araras,* substituiu Araras, no município de Assaré. Foram regeitados os topônimos Tacape, Paruí (*parú pequeno*?) e Tertuliano, sem explicação.

Iara, ser mitológico dos tupís, foi posto em vez de Bôa Esperança, no município de Aurora. O topônimo Potiguarama (?) foi regeitado.

Ipaumirim, que significa *lagoa pequena,* substituiu Alagoinha, no município de Baixio.

Arajara, (*o senhor do dia?*), substituiu Farias, no município de Barbalha. Foram regeitadas as sugestões que indicavam Carirí, Cetama (*minha terra, a pátria*) e Macenas (sem explicação).

Itapiúna, substituiu Itaúna, no município de Baturité. Ambos os topônimos significam a mesma coisa — *pedra preta.* Não foi aceito o topônimo Ibuassú, que em língua indígena significa *fonte grande.*

Jacamparí foi indicado para substituir Olinda, no município de Bôa Viagem. A Comissão aceitou-o, muito embora nada signifique, como sem significação era Japurá, também indicado.

Ibuassú, tradução em língua indígena de *fonte grande,* nome de riacho que banha a antiga vila do Socorro, no município de Bôa Viagem, foi o topônimo preferido, regeitados Barbalho (sem explicação), Guambí

(corruptela, talvez, de guanambí, isto é, *beija-flôr*) e Javaés (índios de Goiaz e Mato Grosso).

Bitupitá, em alusão á constante *ventania* existente naquelas praias, substituiu Almas, no município de Camocim.

Itaguá, topônimo que significa em língua indígena, o *vale da pedra*, substituiu Itaipú, no município de Campos Sales.

Quixariú substituiu São Domingos, vila do município de Campos Sales, aludindo a tribo indígena regional. Não foram aceitas as sugestões que indicavam Paranapuá (*ilha de rio*), Negreiros (sem explicação) e Areré (talvez corruptela de *ireré*, nome de ave aquática).

Inhuporanga, tradução para língua indígena de Campos Belos, substituiu êste último topônimo de vila do município de Canindé. Não foram adotados os topônimos sugeridos — Tacarijú (tribo indígena do Ceará e do Piauí) e Amanaiara (o *senhor das chuvas*, em língua indígena).

Ubirassú, corruptela de ubirussú, em alusão á abundancia de grandes árvores nas serras próximas, foi o topônimo escolhido para substituir Jatobá, no município de Canindé. Não foram aceitas as sugestões que indicavam os nomes Itapirema (*pedra de crosta mal cheirosa*) e Xavier, em homenagem a Francisco Xavier de Medeiros, "fundador" do município, segundo informaram.

Paramotí (*rio que se torna delgado, que se estreita*) foi o topônimo adotado para substituir Saldanha, no município de Canindé. Foi regeitada a sugestão que indicava Tamboatá, topônimo que significa, em língua indígena, *o que anda no mato* e que batisa um peixe.

Groaíras, nome do rio que banha a localidade, substituiu Guimarães, no município de Cariré. Não foram aceitas as indicações para Ximenes, Ribamar (ambos sem explicação) e Araguá (*a anseada* ou *o vale da arara*).

Miragem substituiu Santos, no município de Caririassú (ex São Pedro). Foram regeitadas as sugestões que apontavam Cabouclos, em homenagem á família assim chamada, que habitou a localidade desde os seus primórdios, e Miralta, em virtude de se descortinar, da povoação, bela vista, situada que está no alto da serra de São Pedro.

Guanassés, em recordação de tribo indígena da região, substituiu Bananeiras, no município de Cascavel. Não foram aceitas as indicações que sugeriam Vitorianópolis e Eufrásia (ambos sem explicação).

Parajurú, que significa, em língua indígena, *barrinha*, substituiu êste nome português de vila do município de Cascavel.

Itapeím, em relação a um pequeno lagedo que se vê á margem do Pirangí, substituiu Cruzeiro, no município de Cascavel. Foram regeitados os seguintes topônimos: Dragão (sem explicação), Guarapé (*caminho das guarás*), Derby (sem explicação), Taguassú (de itá, *pedra*, e guassú, *grande*) e Catete (sem explicação), apresentados pela autoridade municipal.

Pindoretama, significando *região de palmares*, substituiu Palmares,

no município de Cascavel. Foram regeitadas as indicações que lembravam Gondim (sem explicação) e Irapurú (ave do Amazonas).

Guararú, em homenagem a célebre chefe indígena, substituiu Primavera, no município de Caucaia (ex Soure). Não foram aceitos os seguintes topônimos indicados: Abrigo, Ireré (nome de ave aquática), Alegria e Madrugada.

Mirambé (*pau cipó, liana*), substituiu Taquara, no município de Caucaia (ex Soure). Os topônimos indicados, Muranas (?), Itarema (*pedra fedorenta*) e Cambenas (?), não foram aceitos pela Comissão.

Rosa, em homenagem a um professor — Firmino Rosa — que por mais de trinta anos ministrou o ensino primário na então vila do Príncipe Imperial, hoje cidade de Crateús, município em que se acha encravada, substituiu Chaves. Não foi aceito o outro topônimo indicado — Caracurí, que significa *cacho enrugado, áspero, espinhoso,* em língua indígena.

Murití foi posto em lugar de Burití, no município de Crato. O novo topônimo significa a mesma coisa do nome substituido. Foi regeitada a indicação que lembrava Buritilandia.

Parangaba substituiu Porangaba, vila do município de Fortaleza. O nome primitivo da pequena lagoa a cuja margem nasceu a aldeia potiguara de *Parangaua* foi transformado pelo povo em *Parangaba.* José de Alencar deu mais um passo á frente (ou atraz?), celebrizando *Porangaba.* "No domínio da ficção e do sonho nada mais sedutor do que o vocábulo deturpado pelo poeta que o queria ajustar aos seus belos devaneios; mas, no domínio do real, da história é absurdo, e por isto podemos de bom grado perdê-lo" — disse Pompeu Sobrinho (obra citada, pag. 8). E justifica o autorizado tupinólogo: "Jamais o índio com o seu bom senso, alta capacidade de apreensão, e dado o seu nível cultural, chamaria a uma ipueira ou lagoinha de *Beleza* (Porangaba), nome de significação puramente abstrata. Se quizesse exprimir que certa lagoa ou riacho era bonito, diria Ipaporanga ou Iporanga. A ipueira que ficava ao lado da aldeia, se realmente tivesse aos olhos do aborígene qualquer coisa de belo, seria Ipuporanga. Para traduzir o aspecto local da região em apreço, de certo impressionante nos meses de bons invernos, pela inundação do vale raso e aberto, quando os ipús transbordantes se uniam, cobrindo com um vasto lençol líquido grandes extensões, foi que o potiguara criou a expressão *Parangaua,* tal como aparece escrita nos mais antigos documentos do tempo da primitiva aldeia." (Obra citada, pags. 8 e 9). A vila, pois, não recebeu dos indígenas a denominação de *beleza* (Porangaba), mas de *ajuntamento de lagoas* (Parangaba). A restauração foi, portanto, feliz, não tendo a Comissão aceito a indicação de Arronches, nome português dado á localidade, após a expulsão dos padres jesuitas por Pombal.

Upabussú, que significa *poço comprido* ou *grande* em língua indígena, substituiu Poço Comprido, no município de Frade.

Jaguaribara, nome de tribo indígena, substituiu Santa Rosa, no município de Frade. O topônimo Tristanópolis, em homenagem a Tristão Gonçalves, morto em batalha travada perto da localidade, não foi aceito pela Comissão.

Paracuá, nome de rio que banha o município de Granja, substituiu Coreaú, topônimo aproveitado para a cidade de Palma.

Uruóca, que significa em língua indígena *casa* ou *abrigo dos galináceos,* substituiu Riachão, no município de Granja. Não foram aprovados os topônimos Rochalandia e Valdelandia, decorrentes de nomes de famílias importantes da localidade, indicados pelas autoridades municipais.

Ubuguassú, corruptela de ibuguassú, *terra larga* ou *grande,* substituiu Ubatuba, no município de Granja. Foram regeitados os topônimos indicados pelas autoridades municipais — Ubatumirim e Ubatulandia.

Murereíba, nome de chefe indígena, foi aproveitado para Gameleira, no município de Ibiapina. Não foram aceitas as indicações que apontavam Ubarí (*garapa,* de ubá, *cana,* e rí, *líquido, sumo*) e Aratanha (*bico de arara,* em língua indígena).

Igaróí, que significa *agua fria,* substituiu o nome da vila do município do Icó denominada Agua Fria. Foram regeitadas as indicações que apontavam Recanto, em vista de estar localizada a vila na faixa de terra compreendida na represa do açude Lima Campos, bem como Alpista e Canarana, forrageiras dos arredores de açudes e lagoas.

Cruzeirinho substituiu Bonfim, no município do Icó. Não foi aceito o topônimo Icosal, formado de Icó e da primeira sílaba de Salgado, nome de rio que banha a região.

Guassossê (?) foi posto em vez de Conceição, no município do Icó. As sugestões das autoridades municipais, não aceitas pela Comissão, indicavam ainda Jaguasal (junção de sílabas dos nomes Jaguaribe e Salgado, rios que banham a região) e Icoaribe ou Icoribe (reunião de sílabas dos nomes Icó e Jaguaribe).

Quixelô, antiga denominação local, substituiu Bom Jesus, no município de Iguatú. Não foi aceito o topônimo Faé, de um riacho que banha o distrito.

Suassurana foi posto em lugar de Sussuarana, no município de Iguatú. Significando a mesma coisa (*semelhante a veado*), não constituiu problema a sua substituição.

Ematuba, hibridismo infeliz, imposto pelas autoridades municipais, que pretende significar *lugar onde abundam emas,* substituiu Bom Princípio, no município de Independência. Não prevaleceu a sugestão para Itapetinga (*lageiro branco,* em língua indígena).

Iapí, que significa em língua isdígena Vertentes, substituiu êste topônimo, no município de Independência. As indicações para Tupinambá

e Galvão (sobrenome da família que doou o local que deu origem á formação da vila) não foram aceitas pela Comissão.

Poranga, que traduz em língua indígena o topônimo Formosa, substituiu êste último, no município de Ipueiras. Foram regeitadas as indicações que sugeriram Varmosa (topônimo formado de sílabas da antiga denominação da localidade — Várzea Formosa) e Feitosa (em homenagem ao Pe. Francisco Máximo Feitosa e Castro, antigo vigário de Ipueiras, que muito trabalhou pela construção da capela da vila e construção de seu patrimonio).

Caxitoré, nome de um riacho próximo, substituiu Retiro, no município de Itapagé (ex São Francisco).

Iratinga, em alusão á fartura de abelhas silvestres nas encostas da serra de Uruburetama, substituiu São Miguel, no município de Itapagé (ex São Francisco). Não foram adotados os topônimos Saraiva e Arcaújo, que as autoridades municipais indicaram mas não justificaram.

Araparí, corruptela de arabarí, nome de um peixe pequeno sem nenhuma correlação com a localidade, substituiu Imperatriz, no município de Itapipoca. A Comissão relutou, mas aceitou, finalmente, a indicação das autoridades municipais, em face da insistência dessas pessoas influentes do município.

Aracatiara, que significa o *senhor* ou *dono do Aracatí,* substituiu Lagoa, no município de Itapipoca.

Amontada substituiu São Bento, no município de Itapipoca. Interessante a evolução dêsse topônimo: — primeiramente a localidade denominou-se São Bento da Amontada; com a simplificação de 1939, passou a São Bento; havendo outros topônimos iguais, em 1944 voltou a Amontada. Guardou-se a tradição, regeitadas as sugestões para Mupuranga (*embelezar*), Samba (!) e Pucapora (*o que quebra* ou *o que mata,* em língua indígena).

Miraíma, em alusão á escassês de florestas na região, substituiu Timbaúba, no município de Itapipoca. Deixaram de ser aceitos os topônimos apontados pelas autoridades municipais, Piratinga (*peixe branco*) e Tupana (divindade indígena).

Mapuá, nome de um afluente do Jaguaribe que despeja a pouca distancia da localidade, substituiu Bôa Vista, no município de Jaguaribe. As indicações para Bandeira e Moreira, sem explicação por parte de quem as fez, não foram aceitas.

Feiticeiro, denominação antiga da localidade, substituiu Joaquim Távora, no município de Jaguaribe. Os topônimos Jatubarana (nome de um peixe dagua doce que significa *ubarana de espinho*) e Favela (!) não foram aceitos pela Comissão.

Jatí, significando em língua indígena o *individuo branco* (espécie de abelha), substituiu Macapá, no município de Jardim. Não foram aceitas

as indicações para Jussuara (de jussu, *espinho,* e ára, *espigado,* isto é, *espinheiro que dá espiga*) e Catuana (corruptela de catuama, de caa, *mato,* e tuama, *crescido*).

Amaniutuba, indicando, em língua indígena, que as terras são ótimas produtoras de algodão, substituiu Ouro Branco, no município de Lavras (da Mangabeira). O topônimo Manuí (*riacho da morte,* em língua indígena), sugerido, não prevaleceu.

Iborepí, tradução, em língua indígena, de *riacho fundo,* substituiu êsse topônimo de vila do município de Lavras (da Mangabeira).

Quitaiús, nome de tribo indígena da região, substituiu Rosário, no município de Lavras (da Mangabeira).

Parapuí, "em alusão á angustura do leito do rio que inspirou o nome português" (Pompeu Sobrinho, idem, pag. 14), substituiu Estreito, no município de Licania (ex Santana).

Jandoim, nome de tribo indígena que habitou a região, substituiu São João, no município de Limoeiro (do Norte). Foram regeitadas as sugestões das autoridades municipais que opinavam por Itaguaribe (*no rio da enseada da pedra*), Ipirangaçú (*água vermelha e grande*) e Ibitira (*a serra* ou *montanha*).

Ibicuipeba, tradução em língua indígena de *taboleiro de areia,* substituiu essa denominação portuguesa de vila do município de Limoeiro (do Norte). Não foram aceitos os topônimos Baipendí (*a clareira*), Iraúna (*mel preto*) e Iguaíba (*a enseada má*), indicados pelas autoridades municipais.

Itapebussú, tradução em lingua indígena de *lagedo grande,* substituiu Lagedo, no município de Maranguape. Os topônimos Rutilandia e Rutilo não foram aceitos pela Comissão.

Palmácia substituiu Palmeiras, no município de Maranguape. Não foi adotado o topônimo Pindoal, hibridismo inaceitável.

Amanarí (*água de chuva,* em língua indígena), nome de grande açude próximo, substituiu Pocinho, no município de Maranguape.

Sapupara (*raiz torta*), nome de um riacho da região, substituiu Tabatinga, no município de Maranguape. Não foram aceitas as indicações para Aipí (macacheira) e Aruã (*pacífico,* em língua indígena).

Ipaguassú, topônimo alusivo ao grande açude Acaraú-mirim, a cuja margem se levanta a vila, substituiu Mirim, no município de Massapê.

Tuina, nome de chefe indígena notável, substituiu Remédios, no município de Massapê.

Anauá (corruptela, talvez, de anãuá ou anãbá, *unido, aparentado, engrossado*), substituiu Espírito Santo, no município de Maurití.

Mararupá (*a lagoa da floresta*) substituiu São Felix, no município de Maurití.

Maraguá, "nome que recorda a extinta vegetação florestal do vale

que abriga a localidade" (Pompeu Sobrinho, idem pag. 15), substituiu Vera Cruz, no município de Maurití.

Abaiara, nome posto com a intenção de não retirar a homenagem prestada á memória do segundo imperador do Brasil, substituiu Pedro Segundo, no município de Milagres. A Comissão regeitou os topônimos Chocós e Quiquipaus, em referência a índios que habitaram a região.

Jamacarú, (o mesmo que mandacarú — cactácea), substituiu Goianinha, no município de Missão Velha. O topônimo Goianópolis não foi adotado.

Ibicuitinga, tradução para a língua indígena de *areia branca,* foi o topônimo adotado para a vila dêste nome, no município de Morada Nova. O topônimo Tapuio, em alusão a um riacho que banha o município, assim chamado em alusão a tribo dessa classe que habitou a região, não foi aceito pela Comissão.

Uiraponga (o mesmo que Guiraponga ou Araponga — *ave de canto estridente*), substituiu Livramento, no município de Morada Nova. Os nomes Araponga e Tupinambá, indicados pelas autoridades municipais, não foram aceitos pela Comissão.

Aruarú (espécie de peixe do ventre crescido) substituiu Pirangí, no município de Morada Nova. Campeira e Ciranda, topônimos sugeridos, mas sem explicação, não foram adotados.

Ipaporanga, tradução em língua indígena de *aguas belas,* foi o topônimo adotado para a vila dêste nome, no município de Nova Russas. Belatriz, sem explicação, e Franklinópolis, em homenagem a Franklin José Vieira, doador do terreno em que foi levantada a vila, não foram aceitos.

Ararendá, nome de antiga aldeia de índios tabajaras, na serra de Ibiapaba, em cujo sopé se acha a vila, substituiu Canabrava, no município de Novas Russas.

Itapó, tradução para língua indígena de *pedreiras,* substituiu essa denominação portuguesa de vila do município de Pacatuba. A denominação nova foi preferida ás de Itatuba, que significa a mesma coisa, Taperibás (*o fruto da cajazeira*) e Evangelista (sem explicação).

Itacima, tradução para língua indígena da expressa portuguesa *torres de pedra,* substituiu Torres, no município de Pacatuba. Não foram aceitos os topônimos Torrelandia e Torreados.

Aratuba, em alusão á abundancia de pássaros, fato que se nota na região, substituiu Santos Dumont, no município de Pacotí. O topônimo Potiguara, indicado, não foi aceito pela Comissão.

Apuiarés, nome de tribo indígena que habitou a região, substituiu Jacú, no município de Pentecostes. Os topônimos Irariús (nome de tribo indígena da família Tarariú) e Alveslandia não foram aceitos pela Comissão.

Potiretama, tradução para língua indígena de *bom jardim,* substituiu esta denominação portuguesa de vila do município de Pereiro. Indicados pelas autoridades municipais, não foram aceitos os topônimos Iperomí (de ipirú, *tubarão,* mi, *pequeno*), Ematuba (*terra das emas*) e Bucanema (?).

Ererê (nome de um palmípede — marreca), substituiu Ipiranga, no município de Pereiro. Os nomes Moritaba (corruptela de merutaba, *lugar das moscas*) e Itapí (*bico de pedra*), indicados, não foram aceitos pela Comissão.

Rinaré, antigo nome do rio Banabuiú, substituiu Agua Bôa, no município de Quixadá.

Sitiá, nome de rio que banha a região, substituiu Barra, no município de Quixadá. A localidade, aliás, já se chamara, antes da reforma de 1939, Barra do Sitiá.

Juatama, que em língua indígena significa *região onde é abundante o juá,* substituiu Floriano, no município de Quixadá. A indicação, pelas autoridades municipais, para ser adotado o topônimo Quiniporo, nome de uma fazenda do município, não foi aceita pela Comissão.

Muxiopó, "nome tarairiú que significa *a povoação Muxió,* lugar próximo, assim denominado pelos índios Canindés" (Pompeu Sobrinho. obra citada, pag. 16), substituiu Junco, no município de Quixadá.

Banabuiú, nome do rio a cuja margem se ergue a ex-vila do município de Quixadá, substituiu Larangeiras.

Ibaretama, em referência á abundancia de frutas nas roças, quando há bons invernos, substituiu São Luiz, no município de Quixadá. Não foi aceita pela Comissão a indicação para Lúcio, que não se fez acompanhar de justificativa.

Cariutaba, em homenagem aos índios Cariús, que habitavam a região, substituiu Ingá, no município de Quixará.

Manituba, tradução em língua indígena do topônimo *algodoal,* substituiu Algodões, no município de Quixeramobim. Os nomes Leiria e Ferreira, sem justificativa, foram apontados e não aceitos.

Itatira, aludindo aos espigões de pedra, comuns na região, substituiu Belém, no município de Quixeramobim. Não foram aceitos os nomes Deovila (exdrúxulo hibridismo que significaria *vila de Deus,* isto é, Belém) e Braga (nome antigo da serra do Machado).

Macaóca (*fortim* em lingua indígena) substituiu Castro, no município de Quixeramobim. Os topônimos Aratanha (*bico de arara*) e Patrícia não foram aceitos pela Comissão.

Guassí, em alusão á posição elevada e acidentada do vale em que se acha eregida, substituiu Serrinha, no município de Redenção. Os topônimos Vilalta (por motivos óbvios), Nicolau (velho nome da localidade, tirado de antigo *senhor* da região) e Honorato (antigo chefe de tradicional família da zona) não foram adotados pela Comissão, que preferiu tradu-

zir para língua indígena o acidente geográfico acima aludido.

Amanaiara, *o senhor das chuvas,* foi o topônimo escolhido para substituir Sinimbú, no município de Reriutaba (Santa Cruz). A homenagem alcança o Padre Pinto, companheiro do Padre Figueira na primeira tentativa de catequizar e colonizar os índios do Ceará (Ibiapaba). "A morte trágica do Padre Pinto(...) impressionou de tal modo os potiguaras seus companheiros que êstes recolheram os veneráveis despojos do santo missionário e os conservaram como relíquia preciosa, certos de que, enquanto os tivessem não lhes faltaria chuva. Daí surgiu para o padre sacrificado o póstumo apelido de *Amanaiara,* o senhor das chuvas". (Pompeu Sobrinho, obra citada, pag. 16). A vila de Amanaiara fica perto do sopé da Serra de Ibiapaba, onde os índios tocarijús mataram o Padre Pinto. Por tais motivos a Comissão regeitou os topônimos Iratinga (*mel branco*), Mufumbo (nome de planta que nasce á margem de rios e riachos) e Sinópolis (sem explicação), indicados pelas autoridades municipais, para adotar a homenagem ao primeiro catequizador e mártir do Ceará.

Aiuaba, tradução em língua indígena do topônimo português substituido — Bebedouro, foi nome adotado para essa vila do município de Saboeiro.

Araporanga, que em língua indígena significa *bons ares* ou *tempo bonito,* tradução livre do nome português substituido — Bôa Saúde, foi o topônimo adotado para essa vila do município de Santanópole.

Batoque, nome do riacho que banha a localidade, substituiu Cajazeiras, no município de Santa Quitéria. O topônimo Aracuã (nome de ave — Penelope Araguan) não foi aceito pela Comissão.

Macaraú (*comida* ou *bebida de macará*), nome indígena sem nenhuma significação local, adotado em face da insistência das autoridades municipais, substituiu Entre-Rios, no município de Santa Quitéria. Mais dois nomes eram apontados — Amorim e Pires, — o primeiro também sem explicação enquanto o segundo batisa riacho que banha a localidade.

Ibicuã, nome indígena que lembra a frequência de cascalho de vários tipos cobrindo certas áreas do distrito, substituiu Miguel Calmon, no município de Senador Pompeu.

Taperuaba, que em língua indígena significa *lugar das andorinhas,* em alusão á *pedra das andorinhas* que fica ao lado da vila, substituiu Santa Maria, no município de Sobral. Os topônimos Jaguaratí (*focinho de onça*) e Maracaugibe (?), indicados pelas autoridades municipais, não foram aceitos pela Comissão.

Aracatiassú, nome do primitivo aldeamento que se transformou em vila, substituiu Santo Antônio, no município de Sobral. Os topônimos Caiarí (rio do Amazonas) e Jatuarama (vegetal do Amazonas) não foram aceitos pela Comissão.

Tataíra, nome de riacho que banha a região, substituiu São Bernardo,

no município de Solonópole (Cachoeira). Os topônimos Paranatuí (*cachoeirinha do riacho*) e Ariús (nome de tribo indígena estranha á região), indicados pelas autoridades municipais, não foram adotados.

Curatís, nome de tribo indígena que habitou a região, substituiu Pageú, no município de Tamboril.

Sucesso, em referência á padroeira do lugar (N. S. do Bom Sucesso), substituiu Pinheiro, no município de Tamboril. As indicações para serem adotados os topônimos Potiguara (tribo indígena do Ceará) ou Castrenópolis (sem explicação) não prevaleceram.

Parambú, que em língua indígena significa *pequena cachoeira,* substituiu Cachoeirinha, no município de Tauá.

Trissí, nome de riacho que banha a localidade, substituiu Flores, no município de Tauá. Os topônimos Joaninha (talvez em alusão á serra próxima do mesmo nome) e Abóboras (sem explicação) não foram aceitos pela Comissão.

Inhamuns, nome da zona sertaneja em que está erigida a localidade, substituiu Nova Cruz, no município de Tauá. Os topônimos Culúpoles (sem significação) e Favelas (rio próximo) não foram adotados pela Comissão.

Pindoguaba (*o vale onde há palmeiras,* em língua indígena) substituiu Palmeirinha, no município de Tianguá.

Caruataí, nome de chefe índio, substituiu Pitanga, no município de Tianguá.

Tabainha, nome da atual serrinha de D. Simão, célebre chefe tabajara, substituiu Santa Luzia, no município de Tianguá. O topônimo Ibiaçaba (*alturas*) não foi aceito pela Comissão.

Arapá, nome de chefe índio cearense, substituiu Uberaba, no município de Tianguá.

Cemoaba, tradução para língua indígena dos nomes portugueses ananteriormente adotados, substituiu Natividade (que, por sua vez, já se chamara Belém), no município de Uruburetama. As autoridades municipais indicaram Feliciano (primeiro nome do agrupamento, em vista de seu primitivo proprietário se ter chamado Feliciano de tal), Barbosa e Lunga (sobrenomes de famílias do lugar), não aceitos pela Comissão.

Umirim, tradução para língua indígena do nome português então vigorante, substituiu Riachuelo, no município de Uruburetama. As autoridades municipais indicaram Carlos e o exdrúxulo nome Salislópolis, em homenagem a Carlos Sales, que foi fator de progresso da localidade.

Calabaça, nome de tribo indígena, substituiu Extremas, no município de Várzea Alegre. O topônimo Salviano, sem explicação, não foi aceito pela Comissão.

Ibicatú, que traduz em língua indígena a bondade do solo, substituiu Fortuna, no município de Várzea Alegre. Os topônimos Jacó, Mameluco e

Trigueiro, sem explicação, foram indicados pelas autoridades municipais porém não aceitos pela Comissão.

Naraniú (corruptela, talvez, de maraniú, que em língua indígena significa *água da briga* ou *do briguento*), nome antigo de um riacho da região, substituiu São Caetano, no município de Várzea Alegre. O topônimo Leandrópolis, em homenagem a seu "fundador" (Pedro Leandro Silva), não foi aceito pela Comissão.

O decreto-lei nº 1.114, de 30 de Dezembro de 1943, não extinguiu nem transferiu sedes municipais ou distritais. Apenas criou um distrito novo, o de Isidoro, no município de Acopiara (Afonso Pena).

Convém ressaltar aqui, para evitar futuras confusões, o que se deu com o topônimo Coreaú. Existia, então, uma vila do município de Granja com aquela denominação. Resolvendo a comissão substituir pelo de Coreaú o nome do município e cidade de Palma, seria necessário mudar, também, o topônimo da vila granjense. Esta, passou, por sua vez, a chamar-se Paracuá, como vimos oportunamente.

Arrematemos estas linhas sôbre as reformas administrativas por que tem passado o Estado do Ceará com algumas considerações sôbre a última delas.

A lei nº 1.153, de 22 de Novembro de 1951, publicada no Diário Oficial do Estado de 1º de Março de 1952, fixou nova divisão territorial, a vigorar, sem alteração, até 31 de Dezembro de 1953.

Foram criados, por ela, 16 novos municípios — os de *Barro, Beberibe, Capistrano, Cariús, Chaval, Frecheirinha, Iracema, Itatira, Jati, Marco, Meruoca, Mons. Tabosa, Paracurú, Porteiras, São Luiz do Curú* (topônimo antigo, anterior á reforma de 1939, a qual o simplificou para Curú) e *Trairí,* em sédes distritais até então pertencentes a outros municípios.

Barro desmembrou-se de Milagres, juntamente com os distritos *Cuncas,* do mesmo município, e *Iara,* até então pertencente a *Aurora. Beberibe* desligou-se de Cascavel, com os distritos *Itapeim, Sucatinga, Paripueira* e *Parajurú. Capistrano* separou-se de Baturité, não se compondo de outro distrito além do que serve de séde municipal. *Cariús* desmembrou-se de Jucás, juntamente com o distrito *Caipú,* do mesmo município, compondo-se ainda dos distritos novos de *São Sebastião* e *São Bartolomeu. Chaval* separou-se de Camocim, não se compondo de outro distrito além do que serve de séde municipal. *Frecheirinha* desligou-se de Coreaú, sem levar outro distrito além do que serve de séde municipal. *Iracema* desmembrou-se de Pereiro, juntamente com o distrito de *Potiretama,* do mesmo município. *Itatira* desligou-se de Quixeramobim, sem outro distrito além do que serve de séde municipal. *Jati* separou-se de Jardim, compondo-se ainda do distrito novo *Penaforte. Marco* desmembrou-se de Santana do Acaraú (Licania), juntamente com o distrito *Panacuí,* do mesmo município. *Meruoca*